

INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO: DOIS IMPERATIVOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Mateus Santos Souza¹
Maria Auxiliadora Ribeiro Silva²

RESUMO

Nas últimas décadas, a dimensão internacional tornou-se parte integral da educação de nível superior e da pesquisa científica, motivando a emergência da noção de internacionalização. Esse artigo, tem como objetivo a discussão da cooperação acadêmica internacional no processo de internacionalização fortalecendo as trocas substantivas entre universidades e países. Buscou diagnosticar o quadro protocolar de acordos de cooperação internacional da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), refletindo criticamente acerca do relevo científico e analisou sua efetividade e impacto na pesquisa, como tarefas investigativas importantes. A pesquisa, de natureza qualitativa e do tipo exploratória, lançou mão de documentos oficiais e relatórios institucionais para o levantamento das informações, cuja análise levou à indicação de desafios estratégicos. Para isto, o texto é construído com base na teoria crítica, em especial a partir das contribuições de Jane Knight, John Hudzki, Milton Santos e Luciane Chermann. Os resultados apontam que o quadro relativo ao processo de internacionalização tem sinais promissores como a elaboração do manual de procedimentos de internacionalização e revisão nas minutas de resoluções de acordos e convênios.

Palavras Chaves: Internacionalização, Pós-Graduação, Cooperação Acadêmica.

INTRODUÇÃO

O mundo da educação superior e o mundo em que a educação superior desempenha um papel significativo estão mudando, por muitas razões. Os principais impulsionadores incluem o desenvolvimento de serviços tecnológicos e de comunicação avançados, maior mobilidade internacional de mão-de-obra, maior ênfase na economia de mercado e liberalização do comércio, foco na sociedade do conhecimento, aumento do investimento privado e diminuição do apoio público à educação e crescente importância da vida. A dimensão internacional do ensino superior está, portanto, se tornando cada vez mais importante e, ao mesmo tempo, mais complexa.

Dentro deste ambiente transformador do ensino superior, um questionamento é imperativo, o que significa internacionalização da educação superior? A internacionalização significa coisas diferentes e é usada de várias maneiras (KNIGHT, 2004). Embora seja encorajador ver o aumento do uso e atenção dada à internacionalização, há uma grande confusão sobre exatamente o que isso significa. Para alguns, significa atividades internacionais, como a mobilidade acadêmica para alunos e professores; ligações, parcerias e projetos internacionais; e novos programas acadêmicos internacionais e iniciativas de pesquisa. Para

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/UNEB). teutato1@gmail.com

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/UNEB). dodora.ribeiro@hotmail.com

outros, isso significa a inclusão de uma dimensão internacional intercultural ou global no currículo e no processo de ensino-aprendizagem. Para muitos, ainda veem projetos de desenvolvimento internacional e a crescente ênfase no comércio do ensino superior como internacionalização. Há uma confusão frequente e alguma tensão sobre o fato de que o termo internacionalização é usado para descrever três tipos bem diferentes de atividades transfronteiriças: intercâmbios e parcerias internacionais, empreendimentos comerciais transfronteiriços e projetos de desenvolvimento internacional, (HUDZKI, 2011).

Há um contínuo debate e exploração da relação entre internacionalização e globalização. A internacionalização é a mesma que globalização? Se não, como é diferente e como se dá o relacionamento entre dois processos tão dinâmicos? claramente, a internacionalização é interpretada e usada de diferentes maneiras em diferentes países e por diferentes partes interessadas. Isso reflete as realidades de hoje e apresenta novos desafios em termos de desenvolvimento de uma estrutura conceitual que possa fornecer alguma clareza sobre o significado e alguns princípios para orientar políticas e práticas.

A globalização está nas mentes dos formuladores de políticas, acadêmicos e profissionais de todos os setores. A educação, particularmente a educação pós-secundária, é uma área crítica de debate e estudo. Muitos pontos de vista diferentes foram expressos sobre a natureza, causas, elementos, consequências e futuras implicações da globalização para a educação (SOUZA SANTOS, 2010; SANTOS, 2015; MÉZÁROS, 2008; GIDDENS, 1991; HALL, 2000). A relação entre a globalização e a internacionalização da educação é uma importante área de estudo que merece uma maior exploração. Para os propósitos deste artigo, a globalização é definida como o fluxo de tecnologia, economia, pessoas instruídas, valores, ideias... através das fronteiras. A globalização afeta a vida de uma maneira diferente, devido à história individual de uma nação, a tradição, os países, a cultura e as prioridades (SANTOS, 2015). Essa definição reconhece os pressupostos de que a globalização é um processo multifacetado que pode afetar formas muito diferentes; não se posiciona se é positivo ou negativo.

A internacionalização está acontecendo em um momento de grande transformação, se não, de turbulência. Nunca foi tão importante estar ciente de como a internacionalização é afetada por esse processo multifacetado ou é um fator de mudança em si. É, portanto, prudente e necessário pensar sobre os efeitos de longo prazo da internacionalização, incluindo as consequências intencionais e não intencionais.

Assim como a internacionalização, o termo cooperação internacional é frequentemente usado como uma frase geral. Tem significado muito diferente dependendo do país e do ator ou

parte interessada. Em alguns casos, é usado como um termo genérico para descrever as inúmeras relações que uma instituição ou setor tem com parceiros em outros países. Na América Latina, o termo também é usado para se referir à cooperação internacional para o desenvolvimento.

As alianças estratégicas podem ser vistas como uma razão e um meio de alcançar a internacionalização. O número de acordos educacionais bilaterais ou multilaterais aumentou exponencialmente na última década, as instituições frequentemente reagem à multiplicidade de oportunidades para estabelecer vínculos institucionais (KNIGHT, 2004).

Muitas são as modalidades de acordos de cooperação internacional previstas na legislação e distintas são as possibilidades teóricas discutidas na literatura especializada. A partir de tais trilhas (mobilidade acadêmica, iniciativas de pesquisa conjunta, etc), construímos um caminho interessado em afirmar a internacionalização da pesquisa em educação, na ambiência da pós-graduação, como parte significativa da formação docente, da mobilidade estudantil e das trocas substantivas de experiências entre cursos, universidades e países.

Nesse estudo, apresentamos um breve panorama acerca do processo de internacionalização da educação superior e observamos suas implicações à pós-graduação. Em seguida realizamos uma avaliação sobre os acordos e convênios em vigor na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tendo em vista a efetividade dos seus acordos protocolares. Por fim, sinalizamos desafios estratégicos para garantir a internacionalização como dimensão acadêmica de relevo institucional.

DESENHO E MÉTODOS DE PESQUISA: unidade de análise e coleta de dados

O caminho metodológico, como fundamentação e prática, pensamento e ação, sintetiza o esquema interpretativo norteador da investigação (GATTI, 1999). A pesquisa é qualitativa, de natureza exploratória e descritiva.

O *Locus* para a pesquisa documental foi a Secretaria Especial de Relações Internacionais (SERINT) da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), com recorte aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, enfocando a mobilidade discente e docente através de acordos de cooperação internacional e missões científicas no período de 2016 a 2019. Esse recorte justifica-se, pois foi em 2014 que a SERINT foi criada, a partir do novo projeto de gestão UNEB Democrática e de Qualidade 2014-2017, substituindo a Assessoria para Cooperação Internacional (ASSECI), sinalizando assim uma política de valorização do setor pela universidade, com o intuito de assessorar o Gabinete da Reitoria e difundir informações sobre

as ações de cooperação e intercâmbio científico, tecnológico, cultural e acadêmico (UNEB, 2017)

A UNEB reconhece o desenvolvimento das ações como importantes fatores nas avaliações acerca da qualidade da educação por partes dos órgãos oficiais, ao enfatizar que a internacionalização é fator extremamente relevante para oxigenação das relações universitárias no mundo globalizado (UNEB, 2017). Cabe ainda destacar a característica *multicampi* da UNEB à medida que a gestão de sua internacionalização requer abrangência de todas as suas unidades, circunscritas geograficamente em todas as regiões do Estado.

Optamos pela análise documental em: tabelas estatísticas, cartas, pareceres, atas, relatórios e memorandos. Gil (2002), corrobora dizendo que esse método é vantajoso por ser uma fonte rica e estável de dados, o que possibilita baixos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada dos dados.

Em síntese, a organização metodológica foi desenvolvida em três etapas que compreenderam: 1) coleta de dados no diretório, 2) tabulação das informações e 3) análise dos resultados encontrados.

INTERNACIONALIZAÇÃO: criação de alianças estratégicas

O campo da educação superior, como todo campo social, é regulado, de maneira mais ou menos autônoma, por normas consentidas pelos atores sociais do campo, que aceitam tacitamente a disputa por algo peculiar ao campo em que atuam. Por exemplo, no campo da ciência, o prestígio acadêmico e o reconhecimento pelos pares são as recompensas esperadas pelos atores sociais.

Portanto, a internacionalização nas IES, mesmo pressupondo a interculturalidade, a integração e a solidariedade entre os povos, “é contraditoriamente, um motivo de debates, embates e combates entre os atores sociais do próprio campo acadêmico e dos campos sociais, na interseção espacial, dos envolvidos na produção e distribuição do conhecimento e da ciência” (KNIGHT, 2004, p. 08).

Analisar a internacionalização da educação superior é avançar sobre um terreno de lutas em que o conceito de internacionalização está em disputa, como também as próprias regras do campo acadêmico. Pois, diferente de um esporte, em que as regras são explícitas e claramente definidas *a priori*, o campo social, para além das regras aparentes e enunciadas formalmente, possui normas implícitas, tácitas, fluidas e provisórias.

Aliás, nunca é demais lembrar, parafraseando Knight (2004), que a internacionalização da educação superior não é um fim em si mesmo, mas é um processo de

integração das dimensões internacional, intercultural e global às atividades próprias das instituições acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) e às suas metas e funções em especial, a formação de pessoal nas diversas modalidades de educação superior. Potencialmente, é processo e meio para a integração, a interculturalidade e o diálogo entre diversidades, contribuindo para a cooperação entre diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), nacionais e estrangeiras e para a justa consecução do plano de desenvolvimento das universidades, logo de suas missões essenciais, acordado pelas instâncias colegiadas acadêmicas, sob a proteção constitucional em cada país e estimuladas por políticas públicas que visam, ao mesmo tempo, à internacionalização solidária, às mudanças sociais e à integração regional (Mercosul, América do Sul, América Latina e Caribe, Europa etc.).

Pensar a internacionalização do conhecimento requer reconhecer seus limites institucionais, órgãos gestores e as margens legais, onde a produção de conhecimento científico e tecnológico é um fator fundamental que promove a inovação, modernização e transformações econômicas e sociais na sociedade contemporânea global, pelos novos movimentos e arranjos que vem surgindo nas relações interinstitucionais, nacionais e estrangeiras entre os continentes.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA NO ÂMBITO INTERNACIONAL

A pós-graduação tem sua origem datada de 1930, nos moldes usados pelas primeiras universidades brasileiras na qual atraíam professores estrangeiros que desembarcavam no Brasil “em missões acadêmicas que contavam com a colaboração do governo europeu” (STALLIVIERI, 2017, p. 34)

Por volta da década de 50, século 20, quem almejasse adentrar em algum curso de educação superior no Brasil, normalmente tinha que se deslocar para o exterior. Essa situação sofreu mudanças significativas em 1952, mediante acordos entre os Estados Unidos e o Brasil, firmando convênios entre escolas e universidades de ambos os países que permitiam tanto “a saída de brasileiros para estudar na América do Norte, quanto a entrada de pesquisadores e professores para atuar em cursos de pós-graduação no Brasil” (SANTOS, 2015, p.48).

A partir de 1960, tanto a economia brasileira, quanto a educação foi marcada pela influência internacional de maneira significativa, por meio da participação de agentes externos inseridos na política nacional. Porém, essa influência foi considerada a responsável pela aquisição de mais conteúdo acadêmico no contexto da educação superior, principalmente para os cursos de pós-graduação.

Com a aprovação do parecer 977 pelo Conselho Federal de Educação, surge o formato institucional da pós-graduação brasileira já com uma atividade mais autônoma por meio da organização de departamentos. Nesse período, a pós-graduação foi submetida a um conjunto mais consistente de políticas que lhe permitiu crescer com qualidade. Na década de 70, o número de docentes qualificados nos cursos de pós-graduação ainda era bastante reduzido, e isso justificou o envio de professores para o exterior, com o objetivo de melhorar as qualificações existentes e adquirir novas. Esse procedimento possibilitou que os cursos de pós-graduação dessem um salto maior na definição de políticas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Com o passar dos anos, o governo brasileiro desenvolveu alguns documentos importantes, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacional (PCN) e o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que apresentavam características desse novo modelo educacional de maneira mais cooperativa e solidária, no intuito de contribuir para a melhoria na formação de pesquisadores, docentes e discentes através da troca de experiências com pessoas de todo o mundo. A Política Nacional de Ciência e Tecnologia, determinada pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs), tinha como objetivo a expansão da pós-graduação e a qualificação desses profissionais. Nessa época foi aprimorado também o sistema de avaliação baseado no julgamento por pares, estabelecendo um padrão mínimo de qualidade acadêmica para os cursos de pós-graduação no Brasil.

Somente a partir dessa legalização, a pós-graduação brasileira foi ganhando mais espaço no cenário educacional por meio da criação de leis, decretos, programas e instituições que estimulavam ainda mais as atividades nessa área. Esses anos foram marcados por mudanças, reformas na sociedade, na economia brasileira e acarretou fortes impactos no sistema de educação superior. As agências de fomento, tais como Capes e CNPQ, também começaram a oferecer maior apoio, através de recursos para capacitação de pessoal e desenvolvimento tecnológico voltado para a pós-graduação.

Atualmente, o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade a esse desenvolvimento, avançando ainda nas propostas para uma política de pós-graduação e pesquisa no Brasil de qualidade, inclusive inserindo o aspecto internacional, de acordo com as seguintes modalidades:

- Ampliação do atual modelo de parceria institucional, dentro de uma relação de reciprocidade e simetria entre as instituições nacionais e estrangeiras;
- Intensificação dos programas de intercâmbio, visando ao compartilhamento na orientação de doutorandos com pesquisadores atuando no exterior em áreas de interesse estratégico para o país;

- Apoio ao estágio de pós-doutoramento para jovens doutores, tendo como base a qualidade do projeto a ser desenvolvido
- Ampliação do intercâmbio institucional de estudantes de graduação, visando a seu futuro ingresso na pós-graduação;
- Estímulo a parcerias e formação de redes de pesquisa na cooperação Sul-Sul, como suporte à formação de recursos humanos em áreas prioritárias e de interesse comum (CAPES, 2011, p. 35-36)

Sendo assim, a busca pela cooperação, qualificação, formação de recursos humanos, incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, dentre outros, estão previstos nesse plano como diretrizes para a efetivação do processo de internacionalização da educação superior.

As discussões sobre a educação superior dentro das instituições de ensino superior passaram a incorporar tendências internacionais por meio ainda da criação de programas de mobilidade, intercâmbios, acordos e convênios e ainda setores que tratam exclusivamente de demandas no âmbito internacional.

Nesse cenário, os setores de assessorias internacionais têm a finalidade de auxiliar as universidades brasileiras, bem como estruturá-las para cooperação direta, que até então era privilégio de órgãos oficiais como governo e seus ministérios. A criação dessas assessorias e secretarias, nessa perspectiva, vem estimulando o processo de internacionalização nas IES, por se tratar do setor responsável pelo acompanhamento das atividades internacionais como um todo, atuando juntamente com os demais setores das instituições.

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL: acordos e convênios

No momento atual de globalização e de transformações das instituições de ensino superior nesse novo ambiente dinâmico, faz-se necessária uma visão mais ampla da participação da universidade brasileira no sistema internacional, com o risco de se comprometer de maneira irreversível sua atuação e importância nos campos de ensino, pesquisa e extensão haja vista que a atuação das universidades já é extremamente dinâmica e crescente devido ao aumento do número de convênios e rede inter-universitárias.

A cooperação científica internacional em pesquisas e em publicações tem tomado corpo substantivo por meio da hegemonia científica e tecnológica da tríade que se firma através de programas específicos de financiamento. Ademais, na União Europeia, a maioria das Universidades preconiza em seus cursos de graduação o estágio internacional dos estudantes como uma estratégia de integração do bloco de países; no Japão, o intercâmbio de estudantes e pesquisadores para o Ocidente proporciona uma visão aberta aos principais braços de interdependência complexo do país; e nos Estados Unidos, várias universidades têm uma

política de atração de estudantes para seus quadros através da concessão de bolsas e estágios remunerados (CHERMANN, 1999).

Na esteira dos acordos e convênios, é digna de nota a mobilidade docente e discente em busca da produção e socialização do conhecimento. Um processo, crescente, e que tem mobilizado pesquisadores de diferentes continentes do mundo. Para estar em sintonia com essas exigências, as universidades têm se inserido em programas e redes de cooperação internacional, onde intercambiam conhecimentos, engendram campos de pesquisa e extensão, e recriam novas formas de cultura que permitem a fluidez do dinamismo acadêmico funcional às necessidades sociais.

Os convênios e acordos têm por objetivo a formalização de uma atividade acadêmica específica com instituições de ensino e pesquisa nacional ou internacional. São financiadas missões de trabalho como: acordos de pesquisa; convênios para intercâmbio de discentes, docentes, pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa. É imprescindível que os grupos de pesquisa brasileiros integrem programas de pós-graduação reconhecidos pelo MEC, preferencialmente com boas avaliações da Capes.

Acordo de Cooperação Acadêmica é um instrumento em que não são estabelecidas obrigações específicas das partes, mas sim o compromisso de celebrar convênios específicos no futuro.

Convênio de Cooperação Acadêmica é uma cooperação acadêmica firmada com instituições de ensino e pesquisa, públicas ou particulares, para realizar um objetivo de interesse comum. O ponto de partida para a celebração de um convênio é o plano de trabalho contendo o objeto e informações sobre sua execução, informando também o vínculo com interesses de ensino, pesquisa ou extensão de serviços.

Como a cooperação acadêmica trata-se de um sistema de comunicação que estabelece um novo campo de fluxos de conhecimento, cultura e novas configurações do saber, o presente artigo avalia os acordos em vigor na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tendo em vista a efetividade dos seus acordos protocolares.

EFETIVIDADE UNEB: resultados e discussão

Do ponto de vista da gestão universitária, o quadro relativo ao processo de internacionalização revela-se bastante promissor, encontramos fortemente demarcado os aspectos concernentes à sua história, cultura e prioridades institucionais, como a elaboração do manual de procedimentos de internacionalização e revisão nas minutas de resoluções de acordos

e convênios, na mobilidade docente, discente e de servidores técnicos-administrativos de modo a fundamentar seu posicionamento no cenário internacional.

Acerca dos fatores que influenciam a forma como a instituição se insere no processo de internacionalização, observamos positivamente às demandas externas por parte das IES parceiras e associações de educação internacional, na medida em que estas provocam a UNEB a se organizar e se mobilizar internamente para, por exemplo, participar de missões, promover maior apoio e monitoramento das atividades de mobilidade internacional e verificar índices de produção e publicação de seu corpo docente. Assim, encontramos documentos que cita sua atuação do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI) ao observar que estes desenvolvem papéis importantes no sentido de impulsionar o processo de internacionalização das IES.

O diagnóstico inicial dos documentos estudado aponta as iniciativas de acordos de cooperação internacional, atividades de mobilidade acadêmica e missões científicas. Sobre os acordos de cooperação internacional, o gráfico 1 ilustra a cooperação protocolar com 13 países, em diferentes universidades.

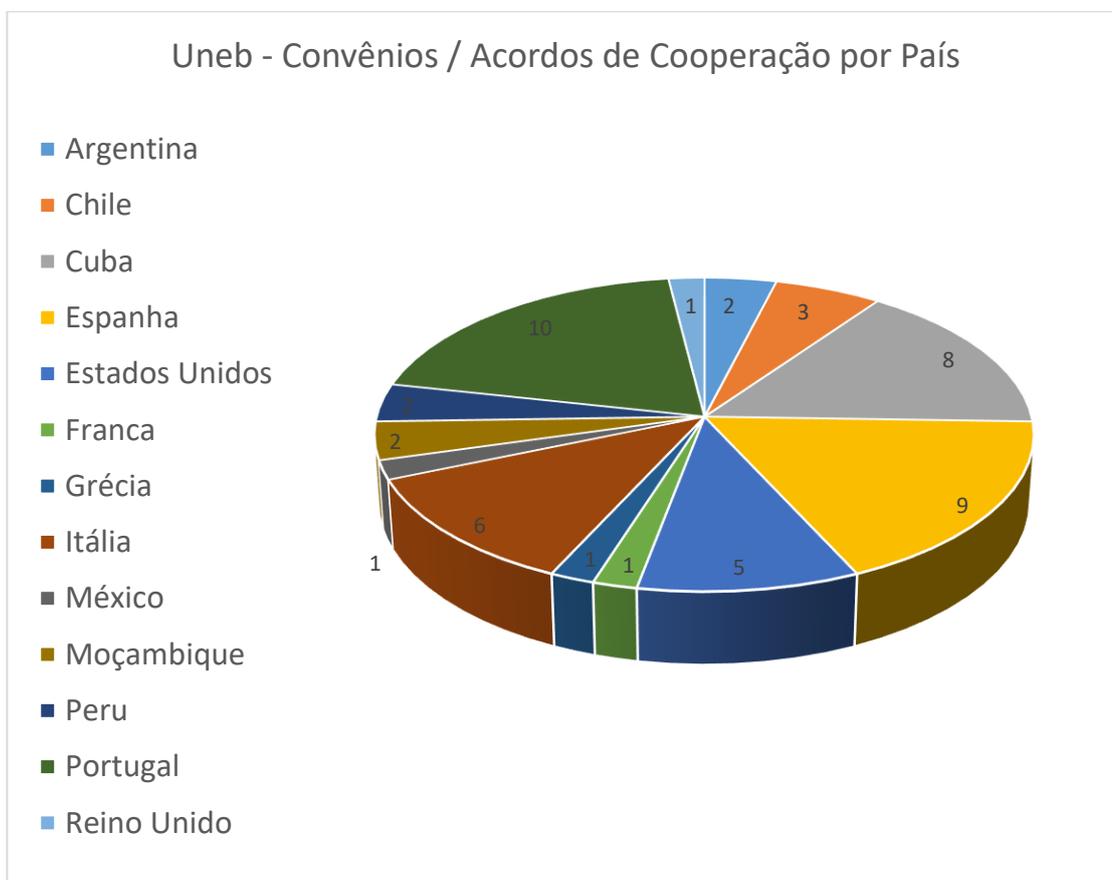


Gráfico 1 – Número de Acordos de Cooperação com a UNEB, por país. Imagem elaborada pelo autor. Fonte: Serint, 2019.

Nos países relacionados, os acordos expressam diferentes interesses científicos e tecnológicos. Na Europa, por exemplo, a UNEB conta com acordos com a Espanha, França, Grécia, Itália, Portugal e Reino Unido. Esses acordos envolvem a cooperação entre as instituições, para promover atividades acadêmicas, científicas e culturais. Na Espanha, a cooperação está vinculada à Universidade das Ilhas Baleares, Universidade de Salamanca, Universidade de Santiago de Compostela e Universidade de Málaga. Na França existe um convênio de cotutela internacional de tese com a Universidade Paris 8, situada na cidade de Saint-Denis. Na Grécia possui acordo geral de cooperação com a Universidade do Egeu. Na Itália, existem convênios firmados com a Universidade dos Estudos de Florença, Universidade dos Estudos de Pádua e a Universidade de Pisa. Em Portugal, possui acordos e protocolos com a Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade do Minho e a Universidade do Porto. Com relação ao Reino Unido o acordo é com a Universidade London South Bank.

No continente africano, consta um acordo com a Universidade Pedagógica de Moçambique, envolvendo cooperação entre as instituições, com vistas a promover atividades acadêmicas, científicas, culturais, tecnológicas e de inovação, com o compartilhamento de infraestrutura para o desenvolvimento de projetos e ações.

Já em nosso continente americano, os protocolos visam os interesses já mencionados e envolvem as seguintes instituições, por país: Universidade Nacional del Nordeste e Universidade Internacional de educação para el Trabajo (ARGENTINA); Universidade de Santiago de Chile e Universidade Católica de Valparaíso (CHILE); Universidade de Artemisa, Universidade de Camaguey, Universidade de Holguin, Universidade de Habana, Universidade de Matanzas e Universidade de Pinar del Río (CUBA); Universidade de Claflin, Universidade de Chicago e a Universidade de Southern (ESTADOS UNIDOS); Associação Nacional das Universidades e Instituições de Educação Superior da República Mexicana (MÉXICO); Universidade Nacional Mayor de San Marcos (PERU). Chama a atenção o grande número de acordos com Cuba (8), Espanha (9) e com Portugal (10), constatamos que a mobilidade discente, total de 15 (quinze) intercâmbios entre esses três países reforça a incorporação de dimensões internacionais e interculturais entre as comunidades citadas e a comunidade unebiana.

Diante do diagnóstico dos acordos apresentados, identificamos o número de 57 docentes, dos diversos campi, em mobilidade por diversos países com os quais a universidade mantém acordos, para as missões científicas (11), participação em eventos em instituições estrangeiras (26), doutorado no exterior (9), pós-doutorado (3) e participação em bancas de doutorado (8). Os limites são agravados pelo número de cotas de bolsa do Programa de

Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Capes que são diminutos, mesmo sendo um programa de grande relevância acadêmica para formação de recursos humanos de alto nível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: desafios estratégicos

Os acordos internacionais devem ser vistos como uma oportunidade para a expansão do diálogo científico e tecnológico, evidenciando a importância da produção e da socialização do conhecimento. Nesse contexto, a internacionalização da educação superior constitui-se em alternativa capaz de alargar o fazer investigativo, desenvolver competência técnica e experiências em ambiente pluri e multiculturais.

À medida que as instituições amadurecem em sua abordagem de internacionalização, mais esforço é colocado no desenvolvimento de alianças estratégicas nas quais os propósitos e resultados são claramente articulados. Uma tendência importante é o desenvolvimento de redes de cooperação. As redes tendem a ter objetivos mais claros e estratégicos, mas em muitos casos são mais difíceis de gerenciar do que os acordos bilaterais, devido às complexidades de se trabalhar com sistemas e culturas educacionais tão diferentes.

Ao concluir a primeira etapa do presente estudo, ficou evidente a necessidade de aprofundar o tema e rever o caminho trilhado pela instituição aqui avaliada, levando em consideração o processo público de acreditação e seu conseqüente impacto nas relações bilaterais entre as Universidades, bem como formação crítica dos pesquisadores brasileiros e dos pesquisadores estrangeiros que reconhecem o Brasil como um *locus* para suas respectivas interlocuções científicas.

REFERÊNCIAS

CAPES. **Ministério da Educação**. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

CHERMANN, Luciane de Paula. **Cooperação Internacional e Universidade: Uma nova cultura no contexto da globalização**. São Paulo: Educ, 1999.

GATTI, Bernadete A. **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUDZIK, John. **Internacionalización integral: del concepto a la acción**. 2011. Disponível em: www.nafsa.org/_/File/_/comprehensive_izn_spanish.pdf. Acesso em: 01 ago. 2019.

KNIGHT, Jane. **Internationalization remodeled: definition, approaches and rationales**. Journal of Studies in International Education, v. 8, n. 1, p. 05-31, Spring 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

STALLIVIERI, Luciane. **Internacionalização e intercâmbio: dimensões e perspectivas**. Curitiba: Appris, 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2021**. Salvador, 2018. Disponível em: < <https://portal.uneb.br/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi/> >. Acesso em: 10 ago. 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017**. Salvador, 2013a. Disponível em: < <https://portal.uneb.br/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi/> >. Acesso em: 03 ago. 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). **Relatório Anual Secretaria Especial de Relações Internacionais 2019**. Salvador, Disponível em: < <https://portal.uneb.br/serint/wp-content/uploads/sites/56/2019/07/Planilha-de-Acordos-Vigentes-por-Pa%C3%ADs-Junho-de-2019.pdf> > Acesso em: 03 ago. 2019.